

# Mais força à CDU

**Em defesa do carácter público dos sectores estratégicos,  
pela reconstrução de uma empresa pública nacional  
para a produção, transporte, distribuição e comercialização da Electricidade,  
pela valorização do trabalho e dos trabalhadores**

Nestes 4 anos de Governo minoritário do PS, com a iniciativa do PCP e da CDU e a luta dos trabalhadores e das populações, foi possível reverter algumas das medidas mais gravosas impostas no tempo das troikas e conquistar alguns avanços que valorizamos. Alguns exemplos mais significativos para os trabalhadores do sector foram a redução do saque fiscal, a devolução dos feriados roubados e o alargamento do passe social intermodal com redução tarifária.

Mas os compromissos de sempre do PS com o processo de liberalização e privatização dos sectores estratégicos não desapareceram, antes estiveram sempre presentes. Se foi possível incluir salvaguardas dos direitos dos trabalhadores no processo de concessão da distribuição em baixa, já não foi possível travar esse processo, nem foi possível acabar com as rendas excessivas ou impor o fim de um modelo assente na prestação de serviços e na precariedade real (muitas vezes uma precariedade que inclui um contrato de trabalho efectivo num posto de trabalho precário).

Também no que diz respeito às questões laborais imperou na Assembleia da República uma união PS/PSD/CDS, que chumbaram a maioria das iniciativas do PCP e da CDU de melhoria da legislação laboral: chumbaram as propostas para o trabalho por turnos e nocturno; chumbaram as propostas de reequilíbrio da contratação colectiva; chumbaram a reposição dos valores do trabalho extraordinário, do trabalho nocturno; chumbaram as propostas de combate à precariedade, etc.

**Com a CDU, avançar mais em vez de andar para trás!** Em defesa do carácter público dos sectores estratégicos! Pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!

É preciso andar para a frente, enfrentar os interesses dos capitalistas e sobrepor-lhes o interesse nacional. Ora são evidentes os riscos de se andar para trás, nomeadamente através de uma situação política onde um governo PS se encontre de mãos mais livres.

Só o voto na CDU no próximo dia 6 de Outubro contribui para consolidar os avanços conseguidos e simultaneamente contribui para que se ande para a frente e não para trás.

«A recuperação pelo Estado do comando político da economia, com a afirmação da soberania nacional e o combate decidido à dependência externa, questão decisiva de uma política alternativa, exigência reforçada pelo contexto da globalização capitalista e da integração comunitária. O que exige:

- A subordinação do poder económico ao poder político, com o combate a uma estrutura económica monopolista, o exercício e assumpção pelo Estado das missões e funções constitucionais na organização e funcionamento da economia.
- A afirmação da propriedade social e do papel do Estado em empresas e sectores estratégicos (...)
- A eliminação de condicionamentos estratégicos pelo controlo público de sectores como a banca e a energia.»

Programa Eleitoral do PCP  
2019

**Avançar  
é preciso!**

PCP-PEV



# Avançar é preciso!

O processo de liberalização e privatização, conduzido por PS/PSD/CDS, prejudicou os trabalhadores, os utentes e a economia nacional. A ganhar ficaram apenas os do costume: **os que venderam o que não era seu, e os que fizeram seu o que era de todos e a todos deve servir.**

Consequência desse processo, o sector está cada vez menos orientado para servir os interesses nacionais.

A criação de emprego de qualidade é uma questão estratégica para o desenvolvimento nacional. Mas aqui seguiu-se o caminho inverso: Hoje na Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização de Electricidade sensivelmente **o mesmo número de trabalhadores** que no tempo em que todas essas funções eram desempenhadas pela empresa pública EDP, mas a esmagadora maioria trabalha com menos direitos, menos estabilidade e menos remuneração, e está mais desorganizada face à pulverização de entidades patronais, locais de trabalho e regimes.

A deriva é tal que hoje os capitalistas aceleram a pulverização do sector eléctrico nacional, com a venda de activos e a assumpção de que as suas prioridades não passam por investir em Portugal.

É cada vez mais importante dar força à única força política com a vontade, a coragem e o projecto de colocar a soberania nacional e os interesses dos trabalhadores à frente dos interesses dos grandes grupos económicos e das multinacionais. A CDU!



## «Energia: avançar na eficiência e soberania energética

Exige-se um Plano Energético Nacional (PEN), que reduza os consumos e o défice energéticos, com programas que tenham em conta os impactos e limitações das políticas ambientais, de transporte e de produção. O que significa:

- A utilização racional da energia e acréscimos de eficiência energética nos transportes, nos edifícios (com prioridade para os públicos) e na indústria (redução da intensidade energética) e a diversificação das fontes de energia.
- O reassumir pelo Estado do seu papel de autoridade e de controlo público das principais empresas, no aprovisionamento, produção, transporte e comercialização das diferentes formas de energia e a reorganização das fileiras energéticas, recompondo a cadeia de valor das suas empresas.
- A prospecção e cartografia dos recursos, em energias renováveis (hidroeléctrica, eólica, solar térmica, fotovoltaica, biomassa, incluindo efluentes e resíduos orgânicos, geotérmica e as ligadas ao mar) e não renováveis, bem como recursos minerais escassos, crescentemente incorporados em novas tecnologias energéticas.
- O reforço da base científica e técnica, considerando sobretudo as novas aquisições no domínio da armazenagem de excedentes conjunturais de electricidade, associados à produção renovável e a valorização, e utilização integrada das potencialidades nacionais.
- A revisão completa dos incentivos, subsídios e outros apoios às empresas produtoras de electricidade, seja no domínio da produção convencional, seja das energias renováveis, para pôr fim a qualquer tipo de «rendas excessivas» e/ou receitas indevidas; estancar o défice tarifário, cujo saldo actual deve ser, de acordo com adequada programação, absorvido pelas empresas que o geraram.
- Um regime de preços máximos nos combustíveis líquidos e gasosos e electricidade, e o reforço dos regimes de energia bonificada para algumas actividades (agricultura, pescas e subsectores dos transportes). Reversão da taxa do IVA para 6% na electricidade e gás natural.»

Programa Eleitoral do PCP  
2019

